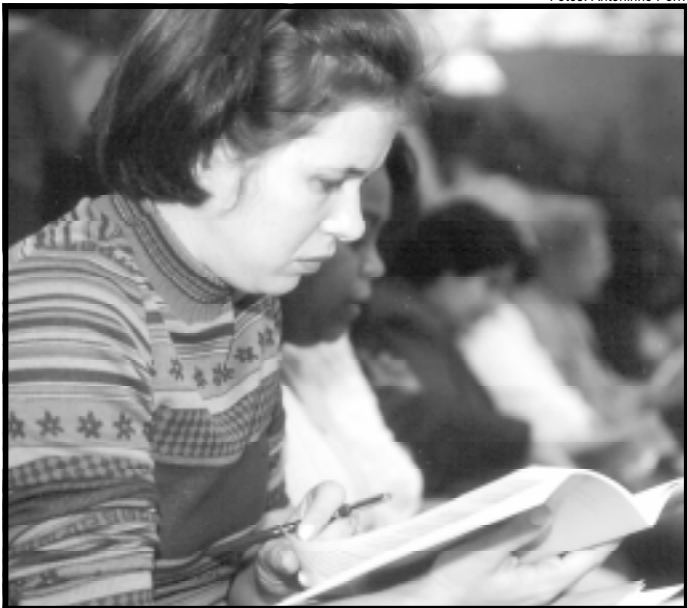


Fotos: Antoninho Perri



Leitura

ANTONIO ROBERTO FAVA
fava@unicamp.br

Democratizar o acesso aos livros e computadores e investir maciçamente na educação, sobretudo na formação de professores que estimulem o hábito da leitura, tornando-a uma ferramenta de transformação do cidadão. Essas são algumas sugestões apresentadas por conferencistas do Cole (Congresso de Leitura), realizado na semana passada na Unicamp. As propostas invariavelmente

Educadores e escrita

Números da exclusão



Vera Ribeiro: acesso ao material impresso

Os números da pesquisa nacional feita pela Ação Educativa coincidem com algumas das informações divulgadas recentemente pelo IBGE, entre elas os índices de analfabetismo absoluto e de alfabetismo funcional, respectivamente em 9% e 25%. Mas o levantamento, realizado pela ONG sediada em São Paulo, em conjunto com o Instituto Paulo Montenegro, ligado ao Ibope, ultrapassou os limites meramente censitários. Trata-se de uma ampla prospeção dos hábitos de leitura e escrita dos brasileiros. Foram entrevistadas duas mil pessoas com idades entre 15 e 64 anos. Os resultados, publicados no livro "Letramento no Brasil", lançado durante o 14º Cole, jogam luz sobre um universo pouco estudado no país e fornecem pistas para a formulação de políticas públicas, sobretudo na área educacional.

Segundo a coordenadora do trabalho, a educadora Vera Masagão Ribeiro, da Ação Educativa, um fator que precisa ser revisto é o tempo de escolaridade preconizado pela Unesco, de quatro anos, como indicador do chamado alfabetismo funcional. "Observamos que para se tornar um leitor de textos mais básicos do cotidiano, e incorporar isso às suas práticas sociais, são necessários pelo menos oito anos de escolaridade básica". Uma tarefa difícil, reconhece, já que, pelos dados da pesquisa, 50% dos brasileiros não têm sequer o ensino fundamental. "Existe uma forte correlação entre escolarização e habilidade de leitura".

Qual seria a saída? "Investir fortemente na garantia do ensino fundamental para todos, inclusive para aqueles que já passaram da idade adequada", sugere Vera Masagão, lembrando que as exigências do mercado de trabalho são cada vez maiores. A opinião é reforçada por outras duas constatações do levantamento. A primeira, relacionada ao ambiente de trabalho, onde o índice de leitura é considerado baixo para os padrões vigentes. A segunda revela que apenas 25% dos entrevistados conseguem assimilar corretamente as informações contidas em um texto.

A educadora sugere a democratização do acesso aos materiais impressos como o primeiro passo para mudar esse quadro, promovendo a distribuição de jornais, revistas e livros em escolas e centros comunitários, e atualizando acervos de bibliotecas públicas, que, segundo ela, são na maioria das vezes espaços anacrônicos.

Outro dado da pesquisa que impressionou seus organizadores, segundo a educadora, foi a dimensão da chamada exclusão digital no país: 83% dos brasileiros jamais usaram um computador. "É um número alto, já que se trata de um importante meio de escrita associada à imagem e à in-



Uma das sessões do 14º Congresso de Leitura, no Ginásio da Unicamp

teratividade", constata. "É fundamental o investimento em telecentros comunitários, que são experiências pontuais que precisam ser expandidas".

Verdades e mentiras



Britto: números não funcionam como indicadores

Pesquisas recentes revelam: o consumo de livros no Brasil apresenta índices crescentes consideráveis. A informação é confirmada pelo professor Luiz Percival de Britto, coordenador do 14º Cole. Segundo ele, o consumo brasileiro atual está em torno de dois livros per capita por ano. Isso não significa, necessariamente, um bom indicador do quanto as pessoas estão lendo. "Um número relativamente baixo se comparado com outros países como Estados Unidos, França e Inglaterra, por exemplo, cujos índices de consumo estão, em média, de 10 unidades por pessoa", diz.

Britto avalia que, quando se refere ao consumo de livros, geralmente fala-se do quanto se produziu e quan-

to se comprou, o que representa um indicador que pode mostrar a pujança econômica, política ou cultural do estado da economia do país. "Mas não funciona necessariamente como bom indicador do quanto as pessoas lêem. Isso por duas razões: a primeira, as pessoas podem ler e lêem muitas outras coisas, além de livros; segunda, porque a distribuição da leitura, como outros bens sociais, culturais e econômicos é muito desigual no país, em termos de consumo".

Em relação ao quanto o brasileiro lê – não apenas livros, revistas, gibis, jornais e outras publicações populares – verifica-se que há um senso comum que vem se reproduzido há muito tempo pela mídia, não apenas no Brasil mas também em outros países da Europa. Ou seja, as pessoas hoje lêem pouco, antes liam mais; e há aquele público que deverá ler mais, caso encontre prazer na obra que vai manusear. "Todavia isso não acontece. Esses argumentos se configuram em três mitos, três axiomas falsos, que representam o senso comum e que, sob o meu ponto de vista, infelizmente a mídia vem sistematicamente reproduzindo esse discurso cansativo, que o brasileiro não é afeito aos livros, ou que não gosta de ler", argumenta Percival. É preciso salientar, de acordo com o professor, que o Brasil possui um dos maiores parques gráficos do mundo, o que não quer dizer que por aqui esteja tudo bem, maravilhoso, e, com isso, o brasileiro se transforme num grande consumidor de livros, segundo avalia Percival.

Desmistificando a escrita



Bagno: investir na formação de professores

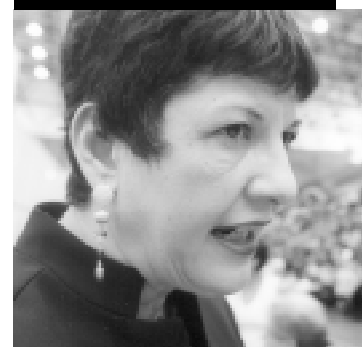
Os professores precisam priorizar a leitura e a escrita, e se dedicar menos ao ensino de regras gramaticais. A opinião é do escritor e lingüista Marcos Bagno, autor do livro "Preconceito lingüístico: o que é, como se faz", entre outras obras dedicadas ao tema. "Precisamos desmistificar a questão da escrita, que é um dever do Estado e um direito de todo o cidadão, mas que ficou reservada às elites durante muito tempo no país", opina.

Para Bagno, o equívoco começa na idéia de que, para ler, falar e se comunicar bem, o indivíduo precisa conhecer todas as regras da gramática normativa. "As pessoas podem fazer tudo isso sem precisar saber o que é uma oração subordinada substantiva objetiva direta ou a listinha de dígrafos. Aprender a ler e escrever depende do contato com a leitura e com a escrita".

O lingüista acredita que estão ocorrendo mudanças, embora "lentas",

sobretudo após a publicação dos parâmetros curriculares nacionais em 1998. "É uma cultura que está mais enraizada. Justamente por isso é preciso que os professores recebam uma formação que dê uma visão mais ampla do que seja a tarefa de ensinar e escrever".

Dificuldades históricas



Maria José Ferres: números não surpreendem

Estudos desenvolvidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) revelam que 59% das crianças da quarta série do Ensino Fundamental não possuem os conhecimentos básicos de leitura e de tratamento (termo utilizado para definir essa concepção mais ampla de conhecimentos e habilidades) para a leitura. Os testes, aplicados pelo Saeb, revelam resultados bastante negativos para a qualidade de ensino no Brasil. Mas não chegam a surpreender técnicos e professores ligados à área de educação do Ministério da Educação. "São crianças não-alfabetizadas ou semi-alfabetizadas,

te foram formuladas com o objetivo de bus-
atenuantes para as desigualdades, algumas
as traduzidas em números apresentados por
participantes do congresso. Os dados mostram,
retido, os contrastes de um país que busca sua
erção num cenário cada vez mais competi-
Pesquisa nacional feita com pessoas de 15 a
anos, pelo Instituto Ação Educativa/Ibope, por
mplo, revela que apenas 25% dos brasileiros

têm “habilidades mais refinadas”, como dizem os
educadores, para ler um texto e compreendê-lo.
Transformada no livro “Letramento no Brasil”
(Editora Global), lançado no Cole, a pesquisa
revela outro componente não menos dramático
da realidade brasileira: apenas 17% da popula-
ção tem acesso ao mundo digital. Por outro lado,
o mercado editorial nacional experimenta um
crescimento sem precedentes: o país ocupa hoje

o oitavo lugar em produção de livros no ranking
mundial, o que não significa, de acordo com es-
pecialistas, que o brasileiro está lendo mais. O que
fazer para mudar esse quadro? As respostas es-
tão nos depoimentos de oito conferencistas do Cole
ouvidos pelo Jornal da Unicamp. Divergentes nas
formulações, os entrevistados convergem num
ponto que consideram fundamental: a leitura
precisa ser uma atividade prazerosa.

es avaliam inclusão pelo livro

os problemas de leitura, que não
seguem interpretar um texto, não
seguem detectar as informações
contidas, por mais simples que
em para a idade delas”, explica
a José Feres, secretária do Ensino
fundamental do MEC.
Segundo a pesquisadora, embora
o passar dos tempos os índices
de analfabetismo estejam caindo em
parte dos estados brasileiros, ain-
há sérios problemas. Maria José
que 52% das crianças têm dificul-
des profundas com relação às qua-
perações de aritmética.

o vários os motivos que levam as
anças a adquirir esse tipo de pro-
na, cujas causas estão sendo de-
mente avaliadas pelo governo fe-
l. No entanto, a pobreza da famí-
o Brasil é um país com muitas di-
ças regionais. Há estudos em
envolvimento nesse sentido. O
de foco para reverter esse qua-
o grande investimento que o go-
o brasileiro tem que fazer, refe-
e à valorização de professores.
e conseguirmos valorizar e de-
volver uma política nacional com-
vel de formação de professores,
vamos conseguir inverter essa si-
ção. Para isso, a política de valo-
ção do professorado, que deve-
trar em vigor já no ano que vem,
de pública de ensino fundamen-
e todo o país, prevê a criação de
iso salarial nacional com o pro-
to de reduzir as desigualdades sa-
is existentes hoje no Brasil, e a cri-
o do Fundo da Educação Básica
(deb), visando aumentar os recur-
ara outros setores da educação”,
ca Maria José. Ela adianta ain-
ue está propondo a criação de
rede nacional de pesquisas e de-
volvimento da educação envol-
do as universidades e instituições
nsino e pesquisa, que ficariam
onsáveis pela criação de cursos
ormação continuada a distância.
partir desse esquema, os profes-
s deverão fazer exames de ava-
io e terão acesso a uma bolsa na-
al de incentivo para dar continui-
e ao seu aperfeiçoamento.

o campo
as teorias



Colassanti: literatura de qualidade

Por que nos perguntam se existimos, tí-
do novo livro da escritora e poe-
tariana Colassanti, parece respon-

der o que há muito a obriga à eterna per-
gunta: existe de fato a tão propalada li-
teratura feminina? “Há anos me ques-
tionam sobre isso e sempre respondo
que se trata de uma pergunta um tan-
to ofensiva”, diz Marina, que está para
lançar *Outras Palavras*, pela Editora Re-
cord. Em sua conferência no 14º Cole,
ela diz que não se pode fazer distinção
entre literatura feminina e masculina.
“Ou é literatura ou não é”, diz.

Para Marina, o importante não é
surgimento de nomes de peso, mas
sim o aparecimento de mulheres que
façam uma literatura que se pode clas-
sificar como de qualidade. No entan-
to, ela argumenta que o não surgimen-
to de novas boas escritoras ocorre
basicamente por duas razões: “de um
lado está a formação do autor e, de
outro, o mercado consumidor de li-
vros. Ora, um país de mercado livreiro
precário e de formação de escritores
ainda mais precária, dificilmente po-
de virar um país de leitores”, explica.
Diz ainda que há algum tempo os Es-
tados Unidos haviam publicado num
ano 365 novos autores, quer dizer, um
novo autor por dia. No Brasil não ha-
via informações a respeito. Para a poe-
tisa, o Brasil é um país que peca por
não ter cursos freqüentes de formação
literária; não se ensina na universida-
de a se fazer ficção. “Estuda-se, e com
profundidade até, apenas teorias lité-
rárias, o que também é válido, mas não
para quem quer ser escritor. Não há tra-
dição nas nossas universidades, não
existem oficinas de criação literária ou
cursos que tratem desse assunto”.

Uma experiência de alegria



Rubem Alves: estruturas arcaicas

“Não importa quantos livros você lê
por mês, ou por ano. Tudo vai depen-
der do que se faz com aquilo que se
lê, o que se pode absorver da leitura,
que tipo de transformação provoca no
leitor”. O argumento é do professor,
educador e psicanalista Rubem Alves,
autor de dezenas de livros infantis e
infanto-juvenis e que está para lançar
mais um título: *Conversas sobre Edu-
cação*, pela Editora Verus.

Sua obra, como diz, não se destina
a um público específico. “Tanto po-
de ser lida por uma criança quanto por
um adulto, pais e alunos”. Ele admite
que sua obra é muito apreciada
também por jovens, porque eles sen-
tem que, de alguma maneira, o autor
insere palavras ou situações que eles
vivenciam no cotidiano. “Você pode
imaginar um menino de periferia, ten-
do que aprender o nome das enzimas,
que tomam parte da digestão, o que
é oração subordinada, análise sintá-
tica? Não tem nada a ver com o seu
mundo. Pura perda de tempo. Então,
os adolescentes, os professores, de
modo geral, apreciam a mensagem

que tento passar para eles com toda
a honestidade”.

Há um herói num dos livros de Her-
man Hesse, *O Jogo das Contas de Vi-
dro*, que era um homem maravilhoso,
líder de uma ordem monástica chama-
da Castália. Quando ficou velho foi do-
minado por uma nostalgia absurda que
o atormentava: quis abandonar tudo
o que havia conseguido para ensinar
a uma única criança que ainda não ti-
vesse sido deformada pelas escolas
de então. “O que quero dizer com isso
é que freqüentemente nos vemos di-
ante das estruturas arcaicas de edu-
cação das escolas de hoje, que matam
a criatividade dos estabelecimentos de
ensino. As atividades são várias, mas
sem criatividade. Quando escrevo algo
é porque alguma coisa está me incomo-
dando. A partir daí, procuro sugeri-
r possibilidades diferentes, de modo
que os livros estão recheados de pers-
pectivas alegres. Minhas críticas são
sempre bem-humoradas. Acredito
mesmo que a educação pode ser uma
experiência de alegria”.

Da auto-ajuda ao clássico



Paulo Franchetti: contato direto com a obra

A indústria do livro espírita é um
dos segmentos que mais crescem no
Brasil. Há leitores fiéis, que lêem até
um livro a cada dois dias. E as obras
de auto-ajuda seguem o mesmo cami-
nho. Até que tudo bem, se o público
que lê tais obras não deixasse de apre-
ciar também obras da chamada litera-
tura erudita, os clássicos, os grandes
autores. A opinião é do professor Pau-
lo Franchetti, diretor da Editora da
Unicamp e crítico literário. Com isso,
concluiu-se que o mercado editorial
brasileira está em franca expansão.

Ele observa que as pessoas estão
cada vez lendo mais no Brasil. “O que
acontece é que diversificaram o tipo
e o gênero de leitura. Quando se diz
que um indivíduo não gosta de ler, que
dizer que não aprecia textos geralmen-
te prescritos na escola ou textos consi-
derados de alta literatura”, argumenta.
Ele explica esse fenômeno dizendo que
o que falta na verdade não é o leitor,
mas livros, obras adequadas ao perfil
de determinado leitor.

“Seria viável que livros não destina-
dos a um público específico fossem
colocados no mercado a preços mais
acessíveis, de modo que as pessoas
pudessem experimentar e desenvol-
ver o gosto por um produto que não
tenha uma linha definida, como os de
auto-ajuda ou de uma literatura mais
ligeira”. Franchetti acredita que para
criar no hábito de leitura é preciso que
haja contato direto do indivíduo com
a obra. Com isso, o indivíduo pode
usufruir de uma inesgotável fonte de
prazer, que vai, também, lhe propor-
cionar um enriquecimento de reflexão
interiorizada, “ora colocando-se na
pele dos personagens, ora deslocan-
do-se para outros tempos e espaço,
classes sociais e outros costumes”.

Os muitos mundos

Um dos nomes mais conhecidos da literatura infantil no país, o escritor e ilustrador Ricardo Azevedo fala na entrevista que segue sobre o uso que faz da literatura popular no trabalho que desenvolve atualmente com cerca de 70 mil crianças de comunidades carentes do interior do país.

Foto: Neldo Cantanti



Azevedo: literatura como instrumento

Por que a opção pela literatura popu- lar?

Acredito que a literatura infantil é
uma literatura popular, muito mais
popular do que infantil. Na minha vi-
são, quando se fala em literatura infan-
til e se especifica um grupo, isso só fun-
ciona em livros didáticos, que são di-
vididos em faixas etárias etc. Literatura
não combina com isso. O mesmo livro
pode ser usado em qualquer série. Os
temas da literatura são outros. Vejo
como um espaço para refletir sobre a
vida, sobre as ambigüidades, as pai-
xões humanas, a loucura, o que é rea-
lidade e o que é fantasia. Tem uma série de temas que são peculiares à
literatura e que não aparecem nos livros didáticos.

Onde entra a cultura popular?

O fato de a literatura infantil estar vinculada à literatura popular me
fez estudar cultura popular. É fantástico. As formas populares literá-
rias, os contos maravilhosos, as adivinhas, as quadras e ditados trazem
justamente discussões num patamar que nivela adultos e crian-
ças. Na verdade, o conto popular é um tipo de produção acessível a todos,
muito diferente dos rótulos e da fragmentação que são apresentados
pela literatura culta. Existe uma literatura só para adultos, num código
que é incompreensível para analfabetos. Ao refletir sobre a questão, des-
cobri que a infância se mistura com o povo. Ambos não conseguem en-
tender boa parte de uma literatura mais erudita e mais culta.

Como funciona seu projeto?

O projeto é patrocinado por uma empresa. São oito livros de litera-
tura nos quais mesclei e recontei contos populares, anedotas e contos
maravilhosos. Os livros são utilizados em sala de aula em comunida-
des carentes, onde são distribuídos gratuitamente. Desde 1999, acom-
panho o projeto pelo Brasil.

Qual é o perfil das crianças atendidas?

Muitos, a maioria, são filhos de analfabetos. O que acontece? Ao en-
trar na escola, dizem para a criança: esquece tudo, agora você vai ser
alfabetizado e finalmente entrar no mundo da luz. Os livros que fiz são
muito enraizados na cultura popular e então permitem uma aborda-
gem completamente diferente. A professora fala: volta para casa e veja
com seus pais o que eles sabem. E eles sabem muita coisa.

Aí já entra na tradição oral...

Sim. Na verdade, a cultura popular está enraizada na oralidade. Então
por meio das formas literárias populares, você faz uma mediação entre os
dois mundos – o do mundo excluído socialmente, não-letrado, mas que
é muito rico e que tem toda uma cultura que não pode ser desprezada, e
o outro, do letramento.

Até que ponto a alfabetização pode interferir nessa tradição de oralidade presente na cultura popular?

É paradoxal, mas infelizmente pode-se perder uma cultura popular. Nós
todos lutamos para que as pessoas sejam alfabetizadas, no entanto estamos
dando um tiro em toda uma cultura que vai desaparecer. O pessoal entra
numa outra mecânica, cognitiva.

Mas não é possível ocorrer o inverso, de o livro reforçar aspectos des- sa oralidade?

Acho que sim. A questão é apresentar a literatura para a criança, para o neófito,
com uma coisa que a valorize. É preciso que ela saiba que os pais dela não são
tão ignorantes assim, mas detêm um conhecimento que merece ser visto.
Procurou usar uma linguagem acessível, com temas que sejam compartilháveis
entre adultos e crianças. Assumi esse risco, acho importantíssimo.

Qual é a reação das crianças?

Elas ficam orgulhosas de aprender aqueles contos, trazem novas histórias de
casa, o que não acontece normalmente, em tese, com filhos de analfabetos.

Como democratizar o acesso ao livro?

Tudo passa pelo professor. Uma árvore e um professor formam uma es-
cola. Como estou há mais de 20 anos na estrada, percebi que era muito
importante falar com os professores. Percebi claramente que a maioria dos
professores tem uma visão utilitária da literatura. Tento dizer que não é isso.
Literatura é um espaço para uma reflexão sobre assuntos que ninguém pode
ensinar. Quando o professor se dá conta disso, passa a olhar a literatura não
como uma liçãozinha, mas como algo que de repente vai fazer com que ele
reflita sobre a vida. É preciso especular, discutir a respeito do discurso po-
ético na sala de aula. É isso que vai formar o futuro leitor.